

## SUMÁRIO

Prefácio, Marcelo Lamy.....	9
Introdução.....	15
1 Regime Jurídico de Aplicação de Recursos Mínimos em Saúde .....	21
1.1 A Emenda Constitucional Nº 29/2000 e a Fixação de Recursos Mínimos em Saúde.....	25
1.3 A Emenda Constitucional 86/2015 e os Novos Critérios de Aplicação de Recursos Mínimos em Saúde .....	47
1.4 A Emenda Constitucional 95/2016 e o Congelamento da Aplicação de Recursos em Saúde .....	58
2 Descumprimento do Investimento Mínimo Constitucional em Saúde pela União e a Fiscalização do Conselho Nacional de Saúde .....	73
2.1 O Dever de Prestação de Contas pelo Poder Executivo Federal .	76
2.2 O Conselho Nacional de Saúde: Previsão Constitucional, Legal, Competência e Fiscalização da Saúde pela Participação Popular ....	99
2.3 Análise dos Relatórios Anuais de Gestão (RAG) do Ministério da Saúde pelo Conselho Nacional de Saúde .....	125
2.4 A Desaprovação das Contas da União em Saúde pelo Conselho Nacional de Saúde e o Descumprimento do Investimento Mínimo Constitucional .....	176
2.5 Efeitos da Reprovação das Contas da União pelo Conselho Nacional de Saúde.....	191

3	Efeito Ampliado do Descumprimento do Investimento Mínimo Constitucional em Saúde: O Estado de Coisas Inconstitucional (ECI)	211
3.1	O Direito Constitucional ao Financiamento da Saúde: Direito Fundamental e com Força Normativa .....	216
3.2	O Não-Investimento em Saúde à Luz do Conceito de Suporte Fático dos Direitos Fundamentais Sociais.....	234
3.3	Efeito da Omissão Inconstitucional: O Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) .....	241
3.4	A Evolução do Estado de Coisas Inconstitucional pela Corte Constitucional da Colômbia .....	271
3.5	O Estado de Coisas Inconstitucional no Brasil.....	276
3.6	O Estado de Coisas Inconstitucional na Saúde Pública Brasileira .....	280
	Conclusão .....	295
	Posfácio .....	309
	Referências.....	315
	Lista de Figuras.....	339
	Lista de Gráficos .....	339
	Lista de Quadros.....	339
	Lista de Tabelas .....	340
	Lista de Siglas e Abreviaturas .....	341